

**ELOGIO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA JORGE SAMPAIO,
APRESENTANTE DO DOUTOR ANTÓNIO MASCARENHAS MONTEIRO NA
CERIMÓNIA DO SEU DOUTORAMENTO *HONORIS CAUSA***

(8 de Junho de 2000)

(*Boletim da Faculdade de Direito, Vol. LXXVI, 2000, 629-646*)

Magnífico Reitor
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Presidente do Tribunal Constitucional
Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades de Cabo Verde
Senhor Secretário de Estado da Cooperação
Senhores Embaixadores
Senhores Reitores
Excelentíssimas Autoridades
Senhor Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra
Sapientíssimos Doutores
Senhores Assistentes e Investigadores
Queridos Estudantes
Senhores Funcionários
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Reúne-se hoje a Congregação dos Doutores da Universidade de Coimbra nesta Sala dos Actos Solenes para a cerimónia de consagração de um novo Doutor, a mais solene, a mais simbólica e significativa das cerimónias universitárias, porque nela se concede “a maior dignidade da República das Letras”, como dizem os Estatutos Pombalinos.

Manda a tradição universitária que ela comporte, além do mais, duas orações, uma em louvor do doutorando, outra em louvor do seu apresentante.

Coube ao meu Colega Doutor Gomes Canotilho fazer ver o merecimento do doutorando, o que fez com o brilho que lhe é habitual. Cabe-me a mim pôr em relevo o merecimento do apresentante, o que procurarei fazer com a serenidade e a seriedade que convêm a este lugar e a este auditório. Faço-o com muita honra e com muita alegria, alegria só toldada pelo temor de não estar à altura da responsabilidade que livremente assumi. Consciente de que outros poderiam fazê-lo com mais “engenho e arte” do que eu, aceitei esta missão por uma única e decisiva razão: ela foi-me cometida pela minha Faculdade.

Senhor Presidente da República de Cabo Verde
Senhor Presidente da República Portuguesa

Esta cerimónia, com os protagonistas que lhe dão sentido, só é possível porque, durante os anos de chumbo do fascismo e do colonialismo, houve quem lutasse contra estas duas desgraças que os portugueses partilharam com os povos irmãos de África. Vossas Excelências estão entre os obreiros da libertação dos nossos povos e só por isso reúnem todos os títulos para aqui estarem.

O Senhor Dr. António Mascarenhas Monteiro foi aluno da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito e honra-se de ser aluno da Faculdade de Direito de Coimbra. A nossa Faculdade honra-se de o contar entre os seus antigos alunos. E, honrando-o agora com a concessão do mais alto galardão universitário, honra-se a si própria, por saber reconhecer os elevados méritos de alguém que, afirmando os seus créditos como intelectual, como magistrado, como político e como Chefe de Estado, acrescentou o prestígio da sua Faculdade e da sua Universidade.

Senhor Presidente Mascarenhas Monteiro

Os nossos dois povos partilham, para o bem e para o mal, séculos de uma história comum que ninguém pode apagar. Porque a história — a história vivida pelos povos, não a história feita pelos historiadores — não se reescreve, e creio que não fará muito sentido formularmos sobre ela juízos de valor. Vale a pena, isso sim, conhecê-la, guardar a memória dela e tirar dela as lições adequadas para o nosso tempo.

Hoje somos dois povos livres que nos relacionamos de igual para igual, falando a mesma língua. Vossa Excelência representa aqui um povo que, como o povo português, é fruto do encontro de muitos povos e de muitas culturas, um povo atlântico e um povo emigrante. Somos ambos povos habituados a sofrer “estes males da ausência inconsolados” de que falava, há um século, o poeta caboverdiano Eugénio Tavares. É o preço desta “nossa sina [de] não caber no berço.” (Miguel Torga)

No número de Novembro de 1962, o poeta Onésimo Silveira publicava, na revista *Mensagem* (órgão da *Casa dos Estudantes do Império*, que, ironicamente, era a Casa dos que lutavam contra o Império...), um poema em que reclamava:

“O povo das ilhas quer um poema diferente

Para o povo das ilhas(...)

Um poema com seiva nascendo no coração da ORIGEM

Um poema com batuque e tchabita e badias de Santa Catarina

Um poema com saracoteio d’ancas e gargalhadas de marfim!”

Esse poema escreveram-no todos os dias, ao longo de longos anos, os que, de muitas formas, letrados ou analfabetos, foram erguendo a identidade caboverdiana. Esse poema concluiu-o o povo de Cabo Verde quando conquistou e pôs de pé a sua independência como Estado soberano. Vossa Excelência, Senhor Presidente Mascarenhas Monteiro, foi um dos poetas que escreveram esse *poema diferente para o povo das ilhas*. Permita-me que o saúde fraternalmente e que, na sua pessoa, saúde, comovidamente e com uma enorme alegria, os estudantes caboverdianos da Universidade de Coimbra, em especial os da Faculdade de Direito, e, com eles, todos os caboverdianos “pelo mundo em pedaços repartidos”, como se eles estivessem aqui presentes, sentados nessa mesma cadeira em que Vossa Excelência se senta.

Para cumprir os preceitos desta cerimónia, o Senhor António Mascarenhas Monteiro não veio sozinho. Seguindo o conselho do poeta, *trouxe um amigo também*. E esse Amigo é o Dr. Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa. Um Amigo que, nesta qualidade — estou certo que não por acaso —, escolheu Cabo Verde para a sua primeira visita oficial fora de Portugal (em Maio de 1996).

Vossa Excelência trouxe um Amigo de Cabo Verde. Mas trouxe também um Amigo da Universidade de Coimbra e da sua Faculdade de Direito. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Jorge Sampaio não esconde a consideração e o respeito que tem pela Faculdade de Direito de Coimbra. Quanto à Universidade de Coimbra, bastará recordar que, com a presença nesta cerimónia, o Presidente Jorge Sampaio, nos quatro anos e pouco do seu mandato, visitou a nossa Universidade treze vezes, para participar em iniciativas ligadas à vida universitária. Isto mostra, creio eu, o dinamismo da Universidade de Coimbra, que justifica a presença, tão frequente, do Presidente da República. Mas mostra também a atenção e o carinho que este

Presidente da República dedica à Universidade de Coimbra. Por isso lhe estamos gratos, Senhor Presidente.

*Magnífico Reitor
Senhoras Doutoradas e Senhores Doutores*

Cabe-me, como já disse, fazer valer, perante vós, o merecimento do Presidente Jorge Sampaio, apresentante do doutorando, enquanto garante de que os méritos deste último justificam que lhe seja concedida a láurea doutoral.

Tarefa fácil a minha, dir-se-á. Porque os méritos do Presidente Jorge Sampaio, são muitos e por demais conhecidos, não carecendo que eu os torne evidentes, nem correndo o risco de saírem ofuscados pela pobreza das minhas palavras.

É verdade isto. Mas também é verdade que não me consente a honra que, nesta emergência, eu me limite a oferecer o 'merecimento dos autos'. Devo, pois, cumprir honradamente a minha missão. E ela não é fácil para mim, nem no plano pessoal nem no plano institucional.

No plano pessoal, porque é sempre delicado fazer o elogio de alguém que conhecemos e admiramos desde o início da década de sessenta: poderão alguns pensar que o elogio é filho da amizade de quem o faz, e não tem que ver com as qualidades de quem se elogia.

No plano institucional, porque se trata de elogiar um Presidente da República em exercício de funções e a tradição da nossa Casa — em nome da qual aqui intervenho — é avessa ao culto dos poderes estabelecidos.

Fazer o elogio de um político numa cerimónia como esta não é fazer um exame dos seus actos e das suas ideias e sobre eles formular um juízo crítico, de concordância ou de discordância. Quando esse político é um Chefe de Estado, fazer o seu elogio não pode significar fazer o balanço do seu mandato, para valorizar o que se julga positivo e censurar o que o orador considera negativo.

Ninguém espere, pois, que eu venha aqui fazer o que acabo de considerar inadequado a este tempo, a este lugar e a esta circunstância.

A actividade política é a forma mais acabada de exercício da cidadania e deve ser valorizada, independentemente de concordarmos ou não com as opções de cada político, desde que este se movimente no quadro dos valores democráticos, no respeito pela dignidade humana.

É este, sem dúvida, o caso de Jorge Sampaio, que encontrou cedo o sentido da sua

vida e que de há muito *vem sendo o que pretende ser* (parafrazeando o título que deu a um livro que publicou em 1991, "A Festa de um Sonho"). Por isso, Jorge Sampaio pode sentir o conforto moral e intelectual de quem se mantém, pela vida fora, igual a si próprio. Por isso ele pode adoptar, como Presidente da República, a regra de comportamento que diz ser a sua e que a mim me parece a única condizente com o respeito que devemos a nós próprios e aos nossos semelhantes, se não queremos reduzir a política a um risível espectáculo de máscaras: "Sê como és e sempre foste; vai fazendo o teu caminho, tentando todos os dias perceber o que de novo se passa à tua volta."

Pois bem. Nesta minha fala ocupar-me-ei do político de valores e de causas (muito mais do que do homem de poder), do intelectual que tem uma "visão cultural da política", do Presidente que se quer "próximo das pessoas", que não se esconde por detrás das máscaras, que é capaz da autenticidade de uma lágrima, mesmo nos momentos mais solenes.

Eis o caminho que vos proponho: tentar acompanhar a viagem deste homem pelo nosso tempo, tentar observar com ele aquilo que de novo se vem passando à nossa volta e tentar compreender as ideias e os valores por que se tem batido.

Com frequência ouvem-se nesta Sala orações de grande elevação filosófica e de grande qualidade literária. Mas eu não sou filósofo, nem poeta, nem artista. Permitam, pois, que este orador invoque o poeta Mário Dionísio e os versos da *Arte Poética* em que diz que "a poesia está na vida / (...) a poesia está em tudo quanto vive / (...) a poesia está na luta dos homens." E deixem-me ainda desculpar a minha prosa sem enfeites com apoio em outro texto do mesmo autor, escrito na *Seara Nova*, em Maio de 1945: "Se alguém me perguntar qual é o mais belo, mais prático, mais humano tema para um poeta neste momento, eu lhe responderei sem hesitações: eleições livres, eleições livres, eleições livres!"

Vamos, pois, na prosa descolorida deste prosaico prosador, falar da luta deste homem e da *luta dos homens* (afinal, é nela que está a poesia...) desde o tempo em que não havia *eleições livres* até este tempo de hoje, em que, apesar de termos eleições livres, não somos ainda plenamente livres. Porque a liberdade só é digna desse nome, como Jorge Sampaio faz questão de salientar, quando estiver garantida "a existência de condições económicas, de saúde, de educação e de cultura que permitam uma participação de todos na sociedade."

Enquanto estudante, Jorge Sampaio foi Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1960/61) e, em 1961/62, Secretário-

Geral da Reunião Inter Associações Académicas (RIA), tendo assumido destacado protagonismo no contexto da chamada crise académica de 1961/62.

Concluída a licenciatura em Direito, iniciou de imediato a sua carreira de advogado, na qual atingiu uma posição de raro prestígio, justificando a sua eleição para funções directivas na respectiva Ordem.

O advogado Jorge Sampaio destacou-se na defesa de vários presos políticos e continuou a sua luta contra o obscurantismo, contra a universidade “serventúria da ditadura”, pela liberdade de ensino e de investigação, por uma cultura democrática, pelo progresso das ideias e pelo desenvolvimento do nosso País.

Intervindo como advogado ao lado de outros Colegas em defesa de um estudante expulso de todas as universidades portuguesas por um período de três anos, Jorge Sampaio e os seus Colegas — Francisco Salgado Zenha e Jorge Santos, também eles dirigentes associativos e combatentes da liberdade — zurziram o salazarismo, porque ele oprimia os estudantes e oprimia Portugal inteiro.

As Associações de Estudantes constituíam então “baluartes de propaganda e de actividade anti-governamentais.” Quem o disse — por uma vez com razão — foi Francisco Leite Pinto, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, que interveio no processo como testemunha de acusação do estudante expulso, o mesmo Leite Pinto que, nas declarações que então prestou, acusava os estudantes portugueses e as suas Associações de utilizarem — vejam só! — “métodos conhecidos e catalogados numa já vasta bibliografia que respeita à guerra fria, à guerra oculta, à actividade guerrilheira e à guerra psicológica (...), explorando os slogans *solidariedade académica, autonomia universitária, liberdade, ditadura, fascismo, estados policiais*, etc., etc.” O advogado Jorge Sampaio esteve, é claro, ao lado de quem cometeu estes nefandos ‘crimes’ contra todos os inquisidores ao serviço do estado totalitário.

Foram tempos difíceis esses, em que tive o gosto de conhecer Jorge Sampaio. Nesse “imundo tempo carcerário”, “neste país extenuado e exposto”, “neste país de salto e sobressalto”, “neste país a sangue e saque”, nesta “pátria fria”, iniciou Jorge Sampaio a sua acção como resistente anti-fascista. Acabei de citar versos do Doutor Orlando de Carvalho: porque ele foi um poeta de primeira água e a beleza dos seus versos ajuda a amenizar a rudeza da minha prosa; mas, sobretudo, porque o quis trazer para junto de nós — a ele que foi um dos grandes mestres de cidadania da nossa geração de estudantes —, nesta cerimónia onde ele gostaria muito de estar e onde nós tanto gostaríamos de o ver.

Como o Presidente Jorge Sampaio tem recordado, a sua geração — que é também

a do Presidente Mascarenhas Monteiro, a do Doutor Gomes Canotilho e a minha — foi marcada pela guerra colonial.

Todos os que não estávamos do lado dos colonialistas vivemos a angústia da mobilização para uma guerra que não era a nossa; muitos equacionaram a hipótese de deserção; muitos resolveram desertar e partir para o exílio; todos assistimos à morte, à mutilação ou à destruição psicológica de amigos nossos; todos vimos partir para a guerrilha muitos amigos e colegas vindos das colónias; todos sofremos o desespero do silêncio que nos era imposto nesta “pátria lugar de exílio” (Daniel Filipe); todos sofremos com o sofrimento dos povos em luta; todos quisemos fazer algo para acabar com a guerra; todos quisemos ajudar os povos irmãos das colónias a conquistar a sua liberdade; todos chorámos “lágrimas de guerra” (para usar as palavras que dão título a um livro-testemunho de um querido colega e amigo, Mário Brochado Coelho).

Nesse tempo da “esperança agredida”, “aprendemos a lavrar o tempo / a não dormir sobre os manuais / e as definições”, como dizem, tão bem, os versos do José Manuel Mendes. Assim se foram abrindo os caminhos que conduziram a Abril e ao fim do pesadelo. E Jorge Sampaio foi dos que caminhou este caminho, ajudando a abri-lo. Em 1969, assinalou mais uma vez o seu lugar na resistência anti-fascista, apresentando-se como candidato a deputado à Assembleia Nacional, integrado nas listas da CDE. Como ele próprio sublinha, a miragem da chamada abertura marcelista não o iludiu, tendo sempre recusado qualquer tipo de compromisso com essa nova cara do salazarismo.

Por essa altura e até à Revolução de Abril, Jorge Sampaio desenvolveu uma permanente actividade política e intelectual, que transparece na sua participação no movimento cine-clubista, na Pragma, na Sedes e na sua colaboração com a *Seara Nova*, o *República*, *O Tempo e o Modo*.

Chegado o tempo dos cravos, continua a desenvolver intenso trabalho político, tendo estado ligado à criação do *Movimento de Esquerda Socialista (MES)* e da *Intervenção Socialista*. Em Março de 1975 é nomeado Secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório. Em 1978, adere ao Partido Socialista, partido de que chegou a ser Secretário-Geral (de 1989 a 1991).

Várias vezes eleito Deputado a partir de 1979, Jorge Sampaio foi Presidente do Grupo Parlamentar do PS (1987/88) e foi, de 1979 a 1984, membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa, onde marcou posição de relevo na defesa dos Direitos Fundamentais e de uma aplicação mais dinâmica e progressista dos princípios constantes da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Por eleição da

Assembleia da República, integrou o Conselho de Estado.

Em 1989 concorreu à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, à frente de uma Coligação de partidos e forças de esquerda. Eleito em 1989, viria a ser reeleito em 1993. Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio foi Presidente da União das Cidades de Língua Portuguesa (de 1990 a 1995), Presidente do Movimento das Eurocidades (1990), Presidente da Federação Mundial das Cidades Unidas (1992) e Vice-Presidente da União das Cidades Ibero-Americanas (1990).

Em Janeiro de 1996 foi eleito, logo à primeira volta, Presidente da República Portuguesa, cargo em que foi investido em 9 de Março de 1996.

*Magnífico Reitor
Minhas Senhoras e Meus Senhores*

Logo no discurso que se seguiu ao juramento solene como Presidente da República, Jorge Sampaio garantiu que seria um Presidente “próximo das pessoas”. E assim tem sido, percorrendo o País, falando olhos nos olhos com os portugueses, pretendendo ser apenas mais um entre eles. “Com tudo isso aprendi e emocionei-me”, confessa o Presidente.

Esta é a atitude esperada de quem entende que a política não pode “ficar à porta das coisas” e faz questão de “ver as coisas por dentro”; de quem entende que a política não pode assumir-se como uma “táctica de conquista ou de conservação do poder”, antes deve estar ao serviço de “ideias e de causas claramente assumidas”, ciente de que “o fim das certezas definitivas” não pode justificar o abandono das nossas convicções ou a renúncia a lutar por elas. O Presidente da República — afirma Jorge Sampaio — deve ser um “referencial de valores morais e culturais”.

Desde o início do seu mandato, deixou claro que, para ele, “não há portugueses dispensáveis”, e que considera essa uma “ideia intolerável”. E deixou claro também que é preciso estarmos abertos a todas as soluções, porque não há nem pode haver uma só verdade e um só caminho. Jorge Sampaio diz NÃO aos que insistem sempre no fado estafado de que “é preciso adaptarmo-nos”, “como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível”. “As ideias de ponderação, de tolerância, de ductilidade ou de compromisso são mais sinais de prudência e sagesa que sintoma de fraqueza ou de renúncia à prossecução de ideais”, esclarece o Presidente.

Senhor Presidente Jorge Sampaio

Neste proclamado tempo do *fim da história*, neste tempo de *pensamento único*, é importante que Vossa Excelência convoque os portugueses a rejeitar as soluções pronto-a-usar, as soluções únicas, as soluções sem alternativa, as ‘soluções irrecusáveis’. Só esta filosofia de inconformismo, só esta vontade de lutar todos os dias pelos valores e pelas causas em que acreditamos pode alimentar a nossa confiança numa vida melhor e a nossa capacidade de a construir.

Vossa Excelência tem chamado os portugueses a romper com “as rotinas, a passividade, o fatalismo, a inércia, a falta de ambição”, tem-nos estimulado a acreditar em que “não nos falta determinação e coragem”, em que “temos energia, iniciativa, criatividade, imaginação, ousadia”. Tem insistido em que o patriotismo autêntico consiste em trabalhar para “a valorização dos portugueses e para a afirmação da nossa cultura, da língua, do património e dos recursos naturais”.

Quer o Presidente dizer que o nosso caminho há-de ser feito por todos — *não há portugueses dispensáveis!* —, com a coragem patriótica de acreditarmos nas nossas capacidades para trabalhar e para trabalhar bem, fazendo-o “com entusiasmo e esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito”.

Porque defende que “o Presidente não é um semeador de ilusões”, assume a atitude pedagógica de afirmar que “o Presidente tem o dever de dizer que é difícil”, tem o dever de não “contemporizar com as soluções mais fáceis”. Como no poema de Régio, Jorge Sampaio sempre tem dito aos portugueses que *não amem o que é fácil*, que *amem o Longe e a Miragem*.

Porque é um democrata que acredita na democracia, Jorge Sampaio assume que *não é dramático ter problemas em democracia* (“só os regimes totalitários não têm problemas, porque os escondem”). E repete sempre que, perante as dificuldades, só há uma resposta possível: “não desistir nunca”!

Porque a democracia nunca é uma conquista irreversível e nunca está realizada, esta atitude permanente, a um tempo *realista* — porque não esconde as dificuldades — e *optimista* — porque afirma a confiança nas pessoas e nos povos —, é fundamental para que, em democracia, possamos ultrapassar os graves problemas que se nos deparam, todos polarizados num só: a *exclusão social* crescente, assustadoramente crescente, ao ritmo frenético da evolução científica e tecnológica das últimas décadas.

Mil vezes o Presidente Jorge Sampaio tem acentuado que “a unidade nacional exige coesão nacional”. Por isso mesmo, mil vezes tem dito que não podemos continuar

a admitir "as desigualdades regionais mais gritantes e injustas", "a desertificação do interior", "a 'folclorização' do mundo rural".

Não pode estar mais de acordo com Vossa Excelência este cidadão oriundo de uma pequena e pobre cidade da Beira Alta.

Não pode estar mais de acordo com Vossa Excelência alguém que vive em Coimbra há quarenta e cinco anos e que há mais de quarenta está ligado, como estudante e como professor, à Universidade de Coimbra, sabendo bem quanto Coimbra e a sua região têm sido desvalorizadas e desfavorecidas no contexto nacional, sabendo bem quanto a própria Universidade de Coimbra tem sido secundarizada e 'folclorizada' ela também, apesar do enorme *capital de prestígio* que ela representa, que pertence ao País e que o País não tem querido e não tem sabido respeitar e valorizar.

Deixe-me repetir consigo, Senhor Presidente, que *a coesão social é factor essencial da unidade nacional*. Fiel ao seu entendimento da democracia, tem Vossa Excelência defendido que os *direitos sociais* e os *direitos políticos* têm que ser colocados no mesmo plano, porque sem direitos políticos não há direitos sociais, mas sem direitos sociais não há direitos políticos. É preciso, por isso, que a democracia garanta a todos o exercício efectivo dos direitos sociais.

Perante este desafio, Jorge Sampaio tem proclamado a sua convicção de que não podemos confiar em automatismos económicos e tecnológicos para resolver os problemas do desemprego, da precariedade, do analfabetismo, da pobreza, da exclusão social. "Eles são problemas políticos — diz o Presidente — e têm de ser encarados como tal"!

Rejeitando sempre uma visão imediatista e conjuntural, o Presidente da República tem dito aos portugueses não aceitar que "a flexibilização crescente dos mercados de trabalho e o aumento das desigualdades sociais" constituam solução eficaz (e muito menos aceitável) para garantir a competitividade das nossas empresas, e, a partir dela, a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Recusando que a globalização da economia possa anular o papel e a responsabilidade dos estados nacionais e dispensar as políticas públicas, Sampaio contrapõe à "redução do Estado" a "reforma do Estado", porque entende que as políticas activas promotoras do desenvolvimento sustentado e da justiça social não são compatíveis com a "lógica do Estado mínimo". E não se esquece de avisar que "as disfunções da economia de mercado, com o desemprego de massa e a reprodução de fenómenos de exclusão, estão a pôr à prova os limites de tolerância dos nossos regimes democráticos".

O Presidente da República tem-nos recordado a elevada percentagem dos jovens

portugueses que não cumprem a escolaridade obrigatória. Tem posto a nú a realidade marcada por baixíssimos níveis de alfabetização, que tornam uma grande parte dos portugueses incapazes de seleccionar a informação, de interpretar um texto, de fundamentar uma argumentação consistente, i. é., não qualificados, como trabalhadores e como empresários, para corresponder às exigências da tecnologia moderna.

Creio que, na sequência da adesão às Comunidades Europeias, deveríamos ter dado prioridade absoluta às 'auto-estradas' da educação, da formação profissional, da investigação científica e tecnológica. Não fomos capazes de fazer deste projecto um projecto nacional, diria mesmo patriótico. Só assim se compreende, Senhor Presidente da República, que Vossa Excelência tenha sentido a necessidade de organizar, em Janeiro de 1998, uma *Semana da Educação* "para que cada um tome consciência da importância social da educação". São palavras suas, Senhor Presidente, dramaticamente significativas.

Ainda bem que Vossa Excelência continua a proclamar que a educação é "condição de liberdade", é "condição de democracia", é "condição de desenvolvimento", e continua a afirmar, repetidas vezes — para que ninguém possa dizer que não ouviu —, que "sem um aumento generalizado do acesso ao conhecimento e à informação a sustentabilidade do desenvolvimento é ilusória".

Como intelectual que confia nas capacidades do género humano, tem Vossa Excelência sublinhado a importância da investigação científica, do conhecimento e do espírito científico como condição indispensável para o livre desenvolvimento do País. Com muita força e muita autenticidade, não se tem cansado de sublinhar que "é tarefa prioritária da modernização" a de "reforçar a componente científica e tecnológica na cultura portuguesa contemporânea e reforçar o acesso às novas tecnologias".

Tem Vossa Excelência sublinhado, a este propósito, o atraso a que nos condenou, neste domínio como em outros, o obscurantismo salazarista. Tem chamado a atenção para o que se tem feito. Mas tem igualmente lembrado quão pesadas são as responsabilidades do regime democrático neste terreno decisivo para a construção do futuro. O Presidente da República recorda-nos que "a democracia precisa da ciência." Mas, precisamente por isso, não se esquece de lembrar também que os avanços científicos e tecnológicos devem estar sempre ao serviço do bem-estar dos homens, e não devem ser "condicionados por interesses materiais que os afastem dos seus desígnios mais nobres."

Senhor Presidente Jorge Sampaio

Não posso, evidentemente, abordar aqui, ainda que ao de leve, todas as grandes

questões que têm suscitado a sua reflexão de cidadão, de jurista e de político "preocupado com a dignidade do Homem". Mas creio que não devo deixar de sublinhar quanto lhe devem as famílias portuguesas, pela persistência e pela sensibilidade com que tem abordado o problema da droga.

Embora o considere, a justo título, "um dos grandes males dos nossos dias", Vossa Excelência tem tido sempre a preocupação de o "desdramatizar", para que possamos encará-lo com mais serenidade e com mais força. Enquanto Presidente da República, tem tomado iniciativas várias a este respeito, tem acarinhado outras, tem participado em muitas sessões em Portugal e no estrangeiro.

A importância que atribuí a este problema levou-o a discursar, *faz hoje precisamente dois anos*, na Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU, onde fez um apelo a uma nova política social preventiva, que envolva a educação, o apoio familiar, a formação profissional, o emprego, a saúde, o planeamento urbano.

Também aqui vem ao de cima a sua formação humanista e a sua corajosa humildade, como intelectual e como responsável político, ao defender que não tem certezas acerca deste problema tão complexo, a não ser a certeza de que para a sua solução é necessário convocar o saber e a experiência de todos, e de que a guerra necessária contra a droga e contra o narcotráfico não pode transformar-se numa guerra — fácil, mas aberrante — contra os consumidores dependentes da droga, as suas vítimas mais débeis e mais visíveis.

*Magnífico Reitor
Senhoras e Senhores*

Uma outra problemática decisiva para o nosso País tem suscitado a atenção de Jorge Sampaio em termos que vale a pena analisar aqui. Refiro-me à integração europeia.

Deixarei apenas algumas notas sobre o que me parece mais importante nas intervenções do Presidente da República sobre este assunto.

Em primeiro lugar, a ideia de que a União Europeia deve manter-se fiel ao princípio da igualdade entre os estados-membros, preservando a sua natureza de comunidade de estados soberanos.

Em segundo lugar, a afirmação inequívoca de que a razão de ser do *projecto europeu* só pode ser a de "tornar impensável a guerra" entre os Estados da Europa, a de garantir a paz e a democracia aos povos europeus.

Em terceiro lugar, Jorge Sampaio tem recusado todos os projectos que submetam

a integração europeia a uma lógica tecnocrática e a critérios economicistas. Repetidamente, vem afirmando que a Europa integrada tem de ser, acima de tudo, a Europa da educação, a Europa do saber, a Europa da cultura, a Europa que assuma a sua vocação universalista enquanto "projecto de civilização que se funda em princípios e valores", uma Europa capaz de dizer aos senhores do mundo que o respeito pelos valores do humanismo, da liberdade e da dignidade da pessoa humana exige a "abolição universal da pena de morte".

Em quarto lugar, o Presidente da República Portuguesa tem insistido na ideia de que não haverá projecto de integração europeia que valha a pena e que possa subsistir se não se levar a sério a dimensão da coesão social e da solidariedade. Tem reclamado a urgência de "retirar a dimensão social europeia do estatuto de inferioridade em que tem estado acantonada" e de a considerar a *primeira prioridade das políticas comunitárias*.

Recusando-se a acompanhar e a dar crédito aos que pretendem atrasar duzentos anos o relógio da história, o Presidente da República tem repetidamente afirmado rejeitar a ideia de que a modernização da economia europeia, o reforço da competitividade das empresas, a promoção do emprego e a consolidação do desenvolvimento passam pela redução ou eliminação dos direitos sociais dos trabalhadores. Tal solução contraria, a seu ver, todo o sentido da história da Europa nos últimos dois séculos, assente na "ligação entre o bem-estar social dos cidadãos e o desenvolvimento económico". Na sua óptica, tal solução é "insustentável nas sociedades democráticas que constituem a União Europeia". Importa, por isso, recomenda Jorge Sampaio, que se coloque de imediato e abertamente na agenda da política europeia a construção de um autêntico "estado europeu de bem-estar".

Em quinto lugar, o Presidente da República tem defendido que o nosso País não pode colocar-se, perante o processo da construção europeia, numa "posição passiva ou conformista", devendo adoptar sempre a sua "visão própria, orientada pela natureza e especificidade dos seus interesses estratégicos", não podendo resignar-se, nomeadamente, a uma redução dos fundos estruturais, aos efeitos perversos da PAC, às consequências negativas dos acordos comunitários multilaterais.

*Magnífico Reitor
Senhoras Doutoradas e Senhores Doutores*

Num momento particularmente difícil da história da Europa do após-guerra, quando os EUA, sob a capa da NATO, intervinham militarmente na Jugoslávia, à margem

do direito internacional, apoiados por uma poderosíssima campanha de intoxicação da opinião pública, Jorge Sampaio defendeu, em conferência proferida na nossa Faculdade de Direito, que “uma actuação política sem Direito pode produzir, no imediato, uma ilusão de eficácia, mas, a prazo, e porque apenas se sustenta na capacidade de imposição do mais forte, gera inevitavelmente novos abusos, novas injustiças e novas desigualdades.”

O que se tem passado no Kosovo e no conjunto da Jugoslávia depois da 'vitória exemplar' da NATO, confirma, creio eu, os receios do conferencista. Receios mais que confirmados com o que se passa no Iraque: a pretexto do combate a um ditador (antigo aliado de estimação agora convertido em inimigo público número um), está-se a humilhar todo um povo, está-se a cometer sobre ele, friamente, um autêntico genocídio. Tudo em nome da chamada comunidade internacional. Tudo em completo desrespeito das mais elementares normas do Direito Internacional.

Entretanto, os ditadores mantêm-se no seu posto. Creio, por isso, que Sua Excelência tem razão quando sustenta, como o faz na conferência que há pouco referi, que “a via da realização da justiça no século XXI terá que ser construída no Direito e através do Direito.” E, a esta luz, compreende-se bem que, em entrevista recente, e numa afirmação de grande coragem política e de grande sentido da responsabilidade moral dos políticos, que muito o honram, o Presidente Jorge Sampaio não esconda dos portugueses: apoiar a intervenção no Kosovo “foi uma das coisas mais difíceis da minha vida.” Porque “não há guerras santas”, porque “a guerra é sempre uma coisa horrível.”

Senhor Presidente Jorge Sampaio

Neste tempo que Vossa Excelência caracterizou — e bem, a meu ver — como “tempo de muitas esperanças e também de grandes complexidades”, creio não ser nada fácil o caminho gramsciano de passar do “pessimismo da razão ao optimismo da vontade”. A vontade tem de ser alimentada pela razão se não quer reduzir-se a um puro voluntarismo inconsequente. Acredito firmemente, porém, que, se a razão nos dá cada vez “mais razões para o pessimismo”, ela nos dá também cada vez “mais motivos para a esperança” (Erich Fromm).

Apesar das dificuldades deste mundo 'globalizado' e unipolar, creio que todos partilharemos consigo, Senhor Presidente, a antropologia optimista que sempre tem posto ao serviço do seu magistério presidencial.

Magnífico Reitor

Acabo de dizer perante Vossa Excelência e o Claustro Doutoral o que todos já sabíamos: que Jorge Sampaio é um homem que tem dedicado a sua vida ao serviço da coisa pública; que é um advogado prestigiado, que tem prestigiado a sua classe; que é um intelectual comprometido com os valores da cultura, da ciência e do humanismo; que é um cidadão empenhado desde sempre na luta pela liberdade, pela democracia, pela dignidade da pessoa humana; que é um político de ideais e de valores, que tem dignificado a actividade política; que é um Presidente da República que tem honrado o seu mandato e tem honrado Portugal e os portugueses.

Estou certo de que Vossa Excelência me acompanha neste juízo que qualifica ao mais alto nível, segundo os padrões universitários, o padrinho que o Senhor António Manuel Mascarenhas Monteiro ofereceu como abonador e garante dos seus próprios méritos.

Estes foram-nos recordados pelo Doutor Gomes Canotilho e eu não cairei na redundância de acrescentar às suas uma só palavra mais.

Apesar da fraca autoridade de quem agora formula o pedido de que imponha as insígnias doutorais ao Senhor António Mascarenhas Monteiro, não duvido de que o Senhor Reitor o fará — e o fará com pleno júbilo —, por ter a certeza de que se trata de um acto de boa justiça para com o doutorando e de um gesto de fraterna amizade para com o povo irmão de Cabo Verde.